

## NOVOS AGENCIAMENTOS ENTRE HUMANOS E NÃO HUMANOS NA OBRA A TECNOLOGIA É UM VÍRUS: PANDEMIA E CULTURA DIGITAL

Adson Luan Duarte Vilasboas Seba<sup>1</sup>  
José do Carmo da Silva<sup>2</sup>

Figura 1: Capa do livro



Fonte: Amazon (2022)

O livro *A tecnologia é um vírus: pandemia e cultura digital* publicado pela Editora Sulina, em 2020, expõe uma série de reflexões acerca dos novos agenciamentos sociotécnicos desencadeados pela Pandemia da Covid-19, sob uma ótica pós-humana, com periódicas menções aos fundamentos da Teoria Ator-rede (TAR), corrente de pensamento que oferece uma visão atualizada sobre as relações entre ciência, tecnologias e sociedade.

A obra escrita pelo sociólogo, professor e pesquisador André Lemos — um dos maiores expoentes da TAR no Brasil — se fosse lida em décadas anteriores, soaria como uma narrativa de ficção científica por conta das revelações intimidadoras e, até mesmo, apocalípticas, sobre a influência das tecnologias digitais na vida das pessoas. Lemos (2020) versa sobre o potencial agenciativo dos objetos, sem papas na língua, mostrando como esses instrumentos alicerçam, reconfiguram e (re) significam várias práticas sociais e de linguagem. Todo o diálogo tecido na obra se sustenta em fatos que ocorreram recentemente no contexto da era pós-moderna.

O livro é dividido em duas partes: Cultura Digital e Agenciamento Pandêmico. Há, em cada divisão, 12 capítulos, totalizando 24 discussões teóricas. Trata-se de ensaios outrora publicados em diversas especialidades, como na coluna Cultura Digital do site Rádio Metrópole, também, nos sites Lab404, ABEU reflete e Lavits. Os títulos são objetivos e as discussões são sucintas, redigidas a partir de uma linguagem

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT- Campus Cáceres. Membro do grupo de pesquisa Linguagem, Tecnologia e Contemporaneidade em Linguística Aplicada (LINTECLA). E-mail: [adson.seba@unemat.br](mailto:adson.seba@unemat.br)

<sup>2</sup> Graduado em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Cáceres - MT. E-mail: [silva.jose@unemat.br](mailto:silva.jose@unemat.br)

democrática e de fácil compreensão, possibilitando que pessoas fora da comunidade acadêmica também apreciem a obra.

No primeiro capítulo, *denominado Dobras tecnológicas do tempo*, Lemos (2020) advoga que a história humana pode ser definida em dois momentos: antes e após a internet. Com isso, o sociólogo alerta que, hoje, a vida se baseia em produzir, consumir e distribuir informações digitais na web. Ele assevera que o progresso tecnológico é inegável nos últimos tempos, principalmente, após o início da pandemia da Covid-19, visto que ela ocasionou um grande êxodo para o virtual. Em decorrência disso, pessoas com distintas habilidades de letramentos digitais passaram a alimentar a rede, que é alicerçada em uma aterrorizante vigilância algorítmica de dados. Com isso, silenciosamente, dados de usuários mais familiarizados com os dispositivos digitais aos mais leigos são capturados, possibilitando que a máquina construa um mapeamento do comportamento humano para produzir manipulações veladas na vida em sociedade.

Tais discussões são endossadas no capítulo 2, nomeado *Dado, informação e conhecimento*, que alerta o leitor sobre a vigilância de dados camuflada nos dispositivos digitais. Sedo assim, Lemos (2021) escancara que as ações realizadas por meio de um *smartphone* podem ser transformadas em dados captados, analisados e transformados em *inputs* que, em Ciência da Computação, significam sinais, entradas, comandos de fontes externas. Nessa senda, o escritor denuncia que a sociedade sedia um momento de dataficação da vida, apontando para o fato de que os dados não são neutros, isto é, a ideologização dos dados pode causar manipulações colossais e veladas, promovendo posicionamentos e discursividades que não são nossos. A partir disso, Lemos (2021) enfatiza que, hoje, há tecnologias responsáveis por manipular dados numerosos, intituladas Big Data. Essas tecnologias são sustentadas por cinco “V”, sendo: volume, variedade, velocidade, veracidade e valor. Devemos nos preocupar com esse gigante dos dados.

Adiante, o capítulo 3 *PDPA – Plataformização, datatificação e performatividade algorítmica*, pressupõe que a sustentação da cultura digital se dá pela dinâmica instituída pela PDPA, visto que “a sociedade é hoje refém de plataformas digitais, da lógica da dataficação[...] e da ação opaca dos algoritmos” (LEMOS, 2021, p.32). Isso só é possível, pois, a PDPA é sustentada por grandes empresas, como *Google, Amazon, Facebook, Apple* e *Microsoft*, que dominam as camadas da internet e sustentam o

capitalismo de vigilância. Por exemplo, cada *click*, *like*, pesquisa e compartilhamento realizado no navegador se transforma em uma nova informação sobre você, que é vendida a uma empresa que o considera como um potencial cliente. A partir disso, cada vez mais a máquina sabe sobre nós e consegue manipular nossas atitudes. Afinal, quem nunca comprou um produto por conta dos certos anúncios digitais, atire a primeira pedra.

Esse monitoramento invasivo e sutil é comumente intitulado em áreas distintas — Sociologia, Educação, Comunicação e Linguística Aplicada — como *capitalismo de vigilância*, ou *capitalismo de dados*. Trata-se de uma organização que cria mecanismos de inclusão e exclusão, antecipa o que é relevante ou não aos usuários, customiza e afeta hábitos, cria demandas e tendências, educa públicos e constrói opiniões. Esse fenômeno também é chamado “algocracia” (DANAHER, 2016), isto é, tomada de decisões pela performance dos algoritmos por meio da ampla dataficação.

Em seguida, o capítulo 4 designado *Plataformas Digitais* problematiza os malefícios da presença massiva dessas plataformas nas práticas sociais e de linguagem, pois, a partir do monitoramento algorítmico das atividades humanas nos dispositivos, essas plataformas podem influenciar o usuário a tomar decisões ou criar identidades que não são suas. A exemplo disso, podemos citar o *feed* do *instagram* que é, repentinamente, alterado a partir das páginas que o usuário visita, do tempo de apreciação de determinado conteúdo e, claro, das reações manifestadas em forma de comentários e *likes*. Levando isso em consideração, Lemos (2021) sugere que olhemos para a tela do celular e percebamos o quanto somos dependentes de aplicativos, como: navegadores, aplicativos de mensagens, de relacionamento, financeiro etc. O autor sugere que para burlar os algoritmos, devemos fazer um movimento contrário, por exemplo, não curtir ou acessar o conteúdo recomendado.

Por conseguinte, o capítulo 5 intitulado *Algoritmos* chama atenção para o fato de nossas decisões não serem livres e independentes, pois, no digital, a dinâmica não é humanocêntrica. Para Lemos (2021, p.41) “agimos e somos agidos. Mas com os algoritmos isso ganha uma radicalidade, pois sugestões são feitas com base em nossas reações e ‘recência’ (histórico de decisões últimas)”. O autor defende que os algoritmos não são meros intermediários, isto é, elementos que fazem parte da associação nas redes, mas não é elemento principal. Pelo contrário, são mediadores que determinam

drasticamente o que fazemos e como fazemos. Infelizmente, a inteligência artificial sustenta muitos problemas sociais no mundo digital, os famigerados *enviesamentos*, ou o *racismo algorítmico*. Esses códigos não são neutros e podem reforçar estereótipos e preconceitos, por exemplo, uma busca no *Google* por garotas negras resultar em conteúdo pornográfico. Uma linha do tempo<sup>3</sup> criada por Tarcízio Silva (2022) — pesquisador da temática — ilustra atrocidades ocorridas a partir de 2010.

Sucessivamente, o capítulo 6 denominado *Visibilidade e Rede Social* critica o sistema de monetização da internet por permitir que quase todo tipo de conteúdo — até mesmo *Fake News* e mensagens antidemocráticas — circule em prol de visualizações e lucro. Lemos (2021 p.49) é categórico ao dizer que “pouco importa se o seu conteúdo é verdadeiro ou falso. Gerando mais engajamento, ganha-se mais dinheiro”. O autor relata que o usuário pode até pensar que vê o que quer, mas, infelizmente, é manipulado a ver o que a plataforma acha que é melhor para ele, isto é, o que está “em alta”. A exemplo disso, no Brasil, podemos citar que mesmo após denúncias, o *Facebook* continuou permitindo anúncios com *Fake News* partidárias relacionadas à política.

No capítulo 7 *Hackers e ataques ao TSE*, Lemos (2021) mostra as vulnerabilidades dos algoritmos e plataformas, pois, para ele nada está 100% seguro na rede, até mesmo, instituições como o Tribunal Superior Eleitoral estão sujeitas a invasões e informações roubadas e cita casos como a organização *Anonymous* que alegou ter roubado dados de sites do governo e da prefeitura do Rio de Janeiro, em 2016.<sup>4</sup> Usuários leigos precisam tomar cuidado com golpes frequentes, como: fraude de cartão de crédito; roubo de senhas; fraude amiga; autofraude; *phishing*, entre outras.

Em seguida, no capítulo 8 há uma discussão sobre a *Cultura do Cancelamento*, sendo uma prática de banir, castigar e condenar pessoas nas redes sociais por conta de seus posicionamentos *online* ou *offline*, por exemplo, posturas homofóbicas, racistas, xenofóbicas, misóginas, etc. Frente a isso, é pertinente destacar que “a cultura digital possibilita que vozes antes caladas possam agora ter instrumentos para silenciar seus opressores” (LEMOS, 2021, p.58).

---

<sup>3</sup> <https://tarciziosilva.com.br/blog/destaques/posts/racismo-algoritmico-linha-do-tempo/>

<sup>4</sup>

<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2016/08/anonymous-brasil-diz-que-roubo-u-dados-de-seis-sites-do-governo-do-rj.html>

Um estudo recente que corrobora o pensamento de Lemos é o de Salmeron (2022) quando a autora investigou, no *Twitter*, o processo de cancelamento da empresa Carrefour por meio dos discursos ali proferidos. A pesquisadora identificou que as redes sociais são espaços de divergências de ideias e posicionamentos distintos que são expressos por meio das multiplicidades da língua(gem), que (re)significam sentidos. Entretanto, com base nos estudos de Lemos (2022), nota-se que esses posicionamentos podem não partir dos usuários, mas, sim, serem projetados por meio da seleção algorítmica que manipula veladamente as práticas discursivas das pessoas no digital.

Ademais, o capítulo 9 *O dilema das redes sociais* reforça que todas as ações realizadas nessas espacialidades são monitoradas para a geração de engajamento — um conceito que representa a proximidade entre uma empresa e os consumidores. Ao utilizar o exemplo de um documentário da *Netflix*, que tem o mesmo nome do capítulo, Lemos (2021) revela uma face oculta da publicidade online, pois, se o usuário não paga pelo produto, então, ele verá o produto — obrigatoriamente. Isso só é possível, pois, “os novos objetos digitais nos fazem gerar dados sobre nós mesmos” (LEMOS, 2021, p.65). Por fim, o autor canaliza outros exemplos do documentário e o usa como sugestão para dificultar o processo de PDPA, a partir da desinstalação e substituição de aplicativos, se relacionar com pessoas fora de sua bolha social.

Dando continuidade a essa discussão, o capítulo 10 *Materialidade da Digital* parte do pressuposto de que o “virtual” não é algo desmaterializado, nas nuvens, sem contato físico, mas sim, tangível. Lemos (2021, p.70) sugere a substituição do adjetivo “virtual” pela expressão “mediado por computador” para escapar do falso conceito de que o virtual é imaterial, visto que “a cultura digital se materializa em máquinas e dispositivos que demandam minerais, fontes de energia fóssil, gerando calor e rejeitos”. Sendo assim, para o autor, pensar em uma cultura digital a partir de seus mais diversos componentes é uma das formas de entender as materialidades envolvidas nessa cultura, reforçando, portanto, o papel fulcral dos não humanos na estrutura e organização da sociedade.

No capítulo 11, intitulado “*Cidade inteligente*”, Lemos (2021) teoriza sobre os discursos empresariais, inovadores, tecnocráticos e os anseios políticos sobre a modernização das cidades. Para ele, a base dessa modernização consiste na interligação entre pessoas e tecnologias, fenômeno também conhecido como Internet das Coisas

(IoT). O autor problematiza se apenas o uso das tecnologias digitais tornaria essas cidades mais sustentáveis, democráticas e evoluídas. Lemos (2021, p.77) encerra o capítulo dizendo que é preciso “inteligência e não adoção indiscriminada de tecnologias. É preciso adaptação. O desafio dos gestores é fazer convergir as tecnologias *smart* com a inteligência de sua cultura”.

No último capítulo da Parte 1, nomeado *Rede e Utopia*, Lemos (2021, p.78) — por meio dos pressupostos da TAR — conceitua a sociedade. Para o autor, o que é chamado de sociedade nada mais é do que um arranjo temporário de associações, visto que “o social é sempre o que parece como resultado da formação de redes, de coletivos híbridos, de humanos e não humanos”. O sociólogo opta pela terminologia “coletivo” ao invés de “sociedade” para desviar-se de uma visão antropocêntrica e compreender melhor as relações coletivas.

Finalizado o primeiro ciclo de discussões, inicia-se, agora, a segunda parte do livro. O capítulo 13, intitulado *A construção do novo Coronavírus*, traz um frescor teórico aos debates propostos na obra, *pois*, conceitua a pandemia da Covid-19 como um agenciamento múltiplo que não existiria sem o fluxo constante de actantes humanos e não-humanos. Para o autor, o vírus só existe pelas associações, sendo fruto de constantes agenciamentos. Logo, a Covid-19 só pode ser compreendida a partir da consideração de seus entrelaçamentos que a tornam um fenômeno coletivo.

Adiante, no capítulo 14 nomeado *Novo Coronavírus e Isolamento Digital*, Lemos (2021) evidencia o poder do agenciamento material do vírus que, ao mesmo tempo que é um fenômeno biológico, é, também, psíquico, político, tecnológico e social. Além disso, o autor defende que não ocorreu um isolamento social no sentido literal, visto que as tecnologias digitais permitiram diversas formas de associação e conexões entre pessoas e coisas. Logo, para Lemos (2021) o isolamento físico não é exatamente social. Pelo contrário, a partir de uma perspectiva otimista da pandemia, o distanciamento aproximou mais as pessoas por meio das plataformas de videoconferências e das redes sociais. Entretanto, é pertinente acrescentar que em um país continental como o Brasil, que possui uma disparidade sociotécnica gritante, é evidente que nem todos tiveram esse privilégio.

Por conseguinte, no capítulo 15 “*Educação, tecnologia e pandemia*” Lemos (2021) advoga que o ambiente escolar é um híbrido de objetos e pessoas. Diante dessa

consideração, uma visão purificada — isto é, uma visão que neutraliza o potencial agenciativo dos não humanos — pode afetar negativamente os processos educativos. Além disso, o pesquisador conceitua a importância dos espaços físicos em complementação aos digitais para as práticas de ensino e aprendizagem contemporâneas. Porém, denuncia que a pandemia fez com que a sala de aula fosse levada para as casas dos alunos, por meio das videoconferências. Para o autor, essa invasão e mistura de espaços dificultou os processos educativos.

No capítulo 16, *Jogos e Pandemia*, Lemos (2021) revela o potencial pedagógico e social dos jogos durante o período de distanciamento social. Para ele, o isolamento social sem as tecnologias, como os jogos, seria muito mais difícil. Nesse sentido, o autor afirma que alguns tipos de jogos, como os de *Role-playing game* (RPG), foram vias de escape para a socialização durante a pandemia, pois ao jogar, os usuários criaram laços de amizade, negociaram, construíram estratégias, etc. As contribuições do autor nos fazem resgatar os benefícios dos *games* já constatados em muitas pesquisas anteriores à pandemia.

O capítulo 17 designado *Assistentes Pessoais* apresenta as vantagens do uso de assistentes virtuais, como Siri e Alexa, mas, por outro lado, reporta que essas tecnologias têm invadido a privacidade dos usuários sem consentimento, fornecendo informações às grandes empresas e bancos de dados, alimentando o capitalismo de vigilância. O autor enfatiza que pouco sabemos desses companheiros eletrônicos, mas eles sabem muito sobre nós. Outra tecnologia aparentemente inofensiva, mas que pode vazar dados pessoais por estar infiltrada em nossas casas assim como as assistentes pessoais é a *Webcam*, visto que *hackers* podem invadir a privacidade das pessoas, roubando seus dados e imagens pessoais, inclusive íntimas — nunca é demais deixar um *post it* pregado na lente da câmera e o áudio desativado.

No Capítulo 18, *“Vigilância guiada por dados, privacidade e Covid-19”*, Lemos (2021) afirma que houve duas maneiras de sair do confinamento: olhar pelas janelas ou para as telas dos dispositivos eletrônicos. Nesse sentido, devido ao uso massivo desses dispositivos e, levando em consideração que vivemos em meio a um capitalismo de vigilância de dados agravado pelo confinamento ocasionado pela pandemia, os bancos de dados das grandes empresas foram povoados com milhares de informações pessoais, o que o autor também chama de “dataficação da sociedade”.

Sendo assim, o pesquisador destaca que “sociedades dataficadas [...] estão mais propensas a processos de controle e governança algorítmica” (LEMOS, 2021, p.106). O autor acrescenta que o “controle” é a extração de dados pontuais; “monitoramento” é o acompanhamento longitudinal das ações do usuário; “vigilância” são ações algorítmicas que induzem determinadas ações humanas. Por fim, ele acredita que o uso indiscriminado de tecnologias durante a pandemia abre brechas para a naturalização do capitalismo de vigilância que minera dados pessoais em prol do lucro.

O capítulo 19 *Fake News e Covid-19* parte do pressuposto de que paralelamente à pandemia, ocorreu uma “infodemia”, isto é, uma epidemia de informações nocivas ocasionada pelas *Fake News*, que são, conforme Lemos (2021, p.115) “fenômenos devedores das materialidades das redes sociais[...] definidas como ações intencionais, sem lastro em cadeias de referência sólida [...] criadas para atingir grupos ou pessoas”. Por fim, o autor reforça que ações educacionais são fundamentais para o combate à desinformação, bem como, a criação de leis rigorosas.

O capítulo 20, denominado *Excesso de lives*, parte do pressuposto de que, com o advento das tecnologias digitais, estamos construindo novos sentidos de lugar e tempo (LEMOS, 2008). Por conta da pandemia da Covid-19, esse efeito foi intensificado, pois, o isolamento social fez com que nossas casas se transformassem em verdadeiras centrais de controle, visto que abrigaram e acolheram “ao mesmo tempo, o espaço privado e o espaço público do trabalho e da escola” (LEMOS, 2021, p.117). Com isso, o autor aponta 6 diferenças entre o espaço eletrônico de casa e a relação presencial em espaços físicos. De modo geral, o sociólogo sintetiza que a monotonia digital pode cansar e diminuir o processo criativo das pessoas, logo, podemos não prestar cem por cento de atenção em aulas, reuniões e cursos no formato de *live*.

No Capítulo 21, *Covid-19, liberdade e cidadão ideal*, Lemos (2021) se apropria do conceito “cidadão ideal” cunhado pela escritora japonesa Yodo Tawada (2020) para se referenciar ao arquétipo de pessoa que cruza fronteiras, possui habilidades de resiliência e adaptação. Yodo Tawada (2020) alega que se vidas não fossem ceifadas pelo Coronavírus, a pandemia seria uma excelente metáfora para representar o cidadão ideal. Nessa perspectiva, Lemos (2021) compreende que há um paradoxo na compreensão da influência social da covid-19, visto que, ao isolar as pessoas, ela ao mesmo tempo as vinculou a todas as superfícies do mundo, pois, “a pandemia é

resultado de um organismo que rompe todas as fronteiras (geopolíticas, econômicas, raciais, sociais...)” (LEMOS, 2021, p. 122).

Em outros termos, a pandemia escancarou que precisamos dos objetos para sobreviver, assim como de outros seres vivos e dos humanos que nos rodeiam. Por fim, o autor frisa que “para existirmos, temos que estar em solidariedade, isto é, se fortalecer no entrelaçamento de relações. Logo, a partir de uma perspectiva de rede, “pensar a liberdade requer [...] um outro” (LEMOS, 2021, p. 124). Ademais, o autor conclui que “enquanto a liberdade for pensada como ‘propriedade’ não haverá saída” e o modelo desse cidadão ideal continuará sendo apenas uma ideia.

O Capítulo 22, intitulado *A Máscara da Covid-19 no Brasil*, reforça a importância de se compreender o papel agenciativo dos não humanos nas estruturas de sustentação da sociedade. A máscara, por exemplo, segundo o autor, é um objeto performativo e seu uso ou não, é uma forma de agenciamento material do vírus. A respeito disso, Bruno Latour (2004) propõe a expressão “parlamento das coisas” por reconhecer o papel dos objetos como agenciadores importantes na vida em sociedade. Para ele, objetos se configuram movimentos políticos. Por fim, Lemos (2021) tece uma reflexão sobre o uso ou não de máscaras no Brasil enquanto posicionamento político que divide de um lado, um movimento conservador e negacionista e de outro um movimento pró ciência e saúde.

O Capítulo 23 *Solidão, amigos e redes sociais* é iniciado com um excerto do estudo realizado pela *American Time Use Survey* (2009-2017) e Lindenberg (2017), disponibilizado no site *Our World in Data* expondo que, com o passar dos anos, nós ficamos mais sós e passamos menos tempo com os amigos. Isso se dá, pois, com a idade ficamos mais seletivos e dedicamos mais tempo aos nossos parceiros. Entretanto, a pandemia fez um movimento contrário e mostrou a dureza que foi viver longe das pessoas. Para Lemos (2020), o vírus mais do que apontar para a separação e o isolamento, ressaltou a nossa necessidade de conexão com as coisas e as pessoas.

O último capítulo da obra intitulado “ ‘O silêncio ’. *Pandemia, blackout e lockdown*” faz alusão ao romance *The silence*, do escritor americano Don DeLillo (2020) que descreve um pane geral que desativa todos os dispositivos digitais obrigando as pessoas a estabelecerem conversas e outras relações pessoais físicas. Essa referência foi utilizada para evidenciar que “o colapso generalizado da infraestrutura, das mídias

de massa e das tecnologias de comunicação digital apaga o mundo lá fora” (LEMOS, 2021, p.141.)

Nesse sentido, mesmo com o isolamento físico, por conta da pandemia da Covid-19, as funcionalidades das tecnologias digitais permitiram que as práticas sociais e de linguagem fossem continuadas mostrando um rumo inverso ao da ficção. Trata-se de colapsos diferentes que, ao serem contrastados, evidenciam o papel crucial das tecnologias digitais no. Em outras palavras “é o blackout digital que nos joga na incomunicabilidade, no isolamento, no silêncio” (LEMOS, 2021, p.142). Lemos finaliza com a conclusão de que a principal lição da pandemia é que só existimos coletivamente e precisamos de objetos, superfícies e humanos para existir.

A obra, a partir de uma perspectiva pós-humana, sobretudo, alinhada às discussões teóricas da TAR, para além de uma compreensão integral da pandemia da Covid-19, trouxe grandes contribuições para o entendimento das estruturas e funcionamentos da sociedade contemporânea que, por sua vez, está cada vez mais afetada pelas tecnologias digitais e não é/será mais a mesma após a pandemia. Com isso, o livro imerge o leitor desde o Bê-á-bá da Cultura Digital até às suas discussões mais sofisticadas e avançadas. É, de longe, um dos registros históricos mais completos e didáticos para se compreender as adaptações e mudanças ocasionadas pela covid-19 na sociedade e os fundamentos da cultura digital no mundo hodierno. A leitura é fundamental para aqueles que desejarem compreender, com mais afinco, os novos agenciamentos propiciados pelos não humanos nas práticas sociais e de linguagem, bem como as consequências da Covid-19 na vida em sociedade. Trata-se de uma obra que pode compor ementas de disciplinas, e sustentar investigações de grupos de pesquisas de Programas de Pós-graduação pelas discussões plausíveis, cheias de frescor teórico.

## REFERÊNCIAS

- DANAHER, J. The Threat of Algocracy: reality resistance and accommodation. *Philosophy and Technology*, V.29, n.3, pp.245-268, set.2016.
- DELILLO, D. *The Silence*. London, England: Picador. 2020
- LATOUR, B. Por uma antropologia do centro. *Mana*, v.10, n.2, pp.397-413, out. 2004.
- LEMOS, A. A mobile communication and new sense of places: a critique of spatialization in cyberculture. *Revista Galáxia*. São Paulo, n,16, pp.91-108, dez.2008.

SALMERON, G, F. *Você está cancelado! Uma análise sobre o posicionamento dos usuários do Twitter*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Licenciatura em Letras Português/Inglês. Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres-MT, 2022.

SILVA, Tarcízio. *Linha do Tempo do Racismo Algorítmico*. Blog do Tarcízio Silva, 2022. Disponível em: <<https://tarciziosilva.com.br/blog/posts/racismo-algoritmico-linha-do-tempo>>. Acesso em: 30 dez. 2022.

TAWADA, Y. *Si personne n'en mourait, je ferais du coronavirus la métaphore du citoyen idéal du monde*. Le Monde. 24 jul. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ES5feu>. Acesso em: 30 dez. 2022.

Recebido em 01/12/2022

Aprovado em 15/05/2023